



Rosa ou Azul: O Pedagogo diante dos conflitos de Gênero na Educação Infantil

Natália Kimberlly de Andrade da Silva ¹

Patrícia Maria Tenório de Souza ²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo trazer uma análise reflexiva sobre os conflitos gerados pela diferença de gênero na educação infantil, conflitos esses relacionados à brincadeiras, brinquedos, cores e a relação de poder provocando a submissão da figura feminina em relação á figura masculina; cultura que vem sendo reconfigurada e que teve grande ajuda do movimento feminista. A pesquisa-ação desse trabalho pretende, contribuir para construção de caminhos a serem percorridos por pedagogos, professores de várias áreas, e para os pais, que se encontrarem diante dos conflitos e transgressões apresentados pelas crianças na educação infantil. Com o método qualitativo, o estudo propõe a construção de um profissional ativo na desconstrução da ideia de instituição sexista, instituições que tentam padronizar o comportamento das crianças, fazendo com que muitas se sintam reprimidas e deixem de aproveitar e aprender com novas experiências/vivências no dia-a-dia em meio á interação com outras crianças.

Palavras-chave: Gênero, Educação Infantil, Comportamento.

INTRODUÇÃO

O tema "Educação e Gênero" é muito evitado dentro das instituições escolares se tornando um tabu principalmente na educação infantil onde deveria ser prioridade, essa ação de evitar se dá por consequência de vários fatores; o principal fator é que a escola cultua um caráter homogeneizador e monocultural, tentando dessa forma intervir no comportamento das crianças, com isso a dificuldade de acolher/reconhecer as “diferenças” se torna bem maior, existindo também por parte dos educadores a dificuldade de entender a diversidade entre os sexos e não buscar informação, preferindo ficar na zona de conforto reprimindo

¹ Graduada do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade de Pernambuco – UPE, natalia_kimberlly@hotmail.com ;

² Ms. Professora e orientadora do curso de Pedagogia da faculdade de Ciências, Educação e Tecnologia de Garanhuns (FACETEG) da Universidade de Pernambuco (UPE), patricia.tenorio@upe.br



comportamentos que saiam de sua linha de conceito sobre “certo e errado”. Não existe por parte do educador uma maior busca e reflexão do real significado de *gênero*, é notável a falta de interesse em se impor diante dessa problemática, ter um olhar sensível diante das vivências das crianças e ampliar as possibilidades. Para Rousseau em *Emílio*, “a arte de educar deve imitar a natureza”, ou seja, ele traz que o professor deve deixar a criança se desenvolver conforme o seu livre desenvolvimento natural, não podemos limitar suas vivências e impor comportamentos, o espaço de individualidade da criança deve ser respeitado, sendo mediado pelo adulto o respeito, moral, ética; não interferindo nas suas demonstrações de sentimentos e preferências.

As sociedades contemporâneas foram definindo papéis e funções diferenciadas aos sujeitos conforme a identidade de gênero. A posição da mulher em outras organizações sociais, como o período colonial e imperial brasileiro, era a condição de propriedade do pai e, do marido, sem direitos políticos, econômicos e sociais. Essa desigualdade foi se afirmando em nosso país, e mulheres e homens ocupando diferentes lugares sociais. A desigualdade de gênero está presente durante toda história da educação no mundo, desde as lutas para inserção da figura feminina nas instituições até os conflitos causados dentro das salas de aula, onde existe fortemente a relação de gênero e poder, onde a figura masculina está ligada à superioridade e comando, enquanto a feminina está ligada à submissão; As situações impostas pela desigualdade de gênero: o machismo, homofobia e violência contra mulher; são consequências dessa falta de possibilidades na educação básica, dessas visões trabalhadas pelos educadores em nossa sociedade. Para entender mais um pouco sobre o histórico de luta para inserção da figura feminina na educação, e a importância do movimento para igualdade de gêneros, fizemos uma pesquisa em diversos documentos e falas de estudiosos da área como exemplo de SCOTT, LOURO, FOUCAULT, e artigos que estão ganhando espaço em meio ao tema.

Quando falamos do movimento feminista automaticamente lembramos a situação da figura feminina na nossa sociedade. Durante séculos, mulheres estiveram ligadas ao ambiente doméstico e a submissão do poder de figuras masculinas. Não que essa situação esteja extinta, porém o feminismo tem contribuído para que esses conceitos sejam quebrados, uma luta que se iniciou no século passado e tem ganhado forma com o passar dos anos, cada pequeno passo é um avanço significativo.



A história do movimento feminista vem pautando a condição da mulher nas sociedades desde o século XIX quando ocorreram as primeiras transformações relacionadas ao papel da mulher na sociedade, no início, as reivindicações estavam ligadas ao chamado sufrágio em prol do voto feminino; houve então o aparecimento do feminismo emancipacionista que está associado às contradições que permeavam a sociedade liberal da época, onde as leis em vigor formalizavam juridicamente as diferenças entre os sexos masculino e feminino, e foi na Inglaterra que esse movimento ganhou forma, a luta centrava-se na obtenção de igualdade jurídica (direito de voto, de instrução, de exercer uma profissão ou poder trabalhar). Já em meados de 1960 as feministas passam a produzir livros e artigos de forma mais contundente sobre a situação de opressão da mulher. No Brasil, apenas no final da década de 80 as feministas brasileiras se apropriaram da discussão de gênero, ocorreu quando as mulheres brasileiras começaram a se organizar e conquistar espaço na área da educação e do trabalho. Nísia Floresta (criadora da primeira escola para mulheres no Brasil), Bertha Lutz e Jerônima Mesquita (ambas ativistas do voto feminino) são as expoentes do período.

Na década de 1960, uma revolução dos costumes abriu caminho para que o feminismo se tornasse um movimento de maior força e combatividade. Mesmo sob o contexto da ditadura, as mulheres passaram a se organizar para questionarem mais profundamente seu papel assumido na sociedade. Nos dias atuais, assim como no final do século XIX e início do século XX, vemos mobilização de mulheres que exigem o seu direito à cidadania sem questionar os outros papéis subalternos assumidos por elas. Na outra extremidade, vemos mulheres que reivindicam sua ampliação na vida pública, à defesa irrestrita do movimento dos trabalhadores e a consolidação dos princípios de lutas comunistas.

A luta pela igualdade de gêneros criou dilemas significativos em relação à mulher feminista, ao feminismo. Lutar pelos direitos da mulher é a simples demonstração que a mulher pode simplesmente assumir os mesmos lugares na política, educação e trabalho, que antes eram ambientes privativos para o gênero masculino.

O DISCURSO SOBRE GÊNERO

“Homens e mulheres adultos educam as crianças definindo em seus corpos diferenças de gênero. As características físicas e os comportamentos esperados para meninos e meninas são reforçados, às vezes inconscientemente, nos pequenos gestos e práticas do dia-a-dia na educação infantil [...]” (FINCO, vol. 14, nº 42, 2003, pp.89-102)

Os significados são culturalmente configurados pela sociedade em que as crianças estão inseridas, é normal notar pais que educam seus filhos e filhas fazendo a separação de



comportamentos como os comportamentos certos para as "meninas" e os que são corretos para os "meninos", e na sala de aula essa ideia é reforçada pelos professores. Quando essa divisão de feminino e masculino é imposta estamos limitando principalmente as experiências e aprendizagens dos alunos, para eles essa limitação irá influenciar na forma de se expressar, se comportar e até nas expectativas que podem ou não criar. Alguns alunos apresentam transgressões sobre os comportamentos que são culturalmente aceitos ou não, ou seja, tem ações que não são esperadas pela sociedade e a cultura à sua volta, por exemplo, uma menina não ter atitudes delicadas e um menino querer expressar seus sentimentos; o educador muitas vezes não sabe uma atitude adequada para se tomar, justamente por já estar enraizado na ideia de gênero que lhe foi inserida pela sociedade, a ideia de que “*meninos não podem ser sensíveis*” e “*meninas não podem ser grossas*”, e ao cobrar isso o educador acaba reprimindo as crianças na forma de se expressar, por atitudes que muitos julgam ser simples como limitar os brinquedos que devem ser utilizados por meninos e meninas, as brincadeiras adequadas para cada gênero, reprimir a maneira da criança falar e se expressar, e a forma mais comum de repreensão relacionada a gênero é na distinção de cores como, por exemplo, a tradicional frase "rosa de menina e azul de menino". Parece inocente, mas incutir em uma menina a ideia de que tudo que ela verá na vida é rosa e no menino que o mundo dele se resume a cor azul, e que seu gênero se resume a apenas uma cor, pode prejudicar o desenvolvimento de sua personalidade. O que muitos não sabem é que a divisão dos gêneros por cores começou apenas em 1910, onde, azul era para as meninas e rosa para os meninos, certamente seria uma confusão para cabeça das crianças nos dias atuais, que se acostumou com a distinção de gênero por cor que a sociedade impôs. Um editorial de 1918 da sessão infantil da revista Earnshaw's afirmou que rosa era “uma cor mais decidida e mais forte... mais adequada para o menino, enquanto o azul, que é mais delicado e frágil, é mais bonito para a menina”. Mas em 1927 havia discordância quanto a que gênero deveria ficar com qual cor (aparentemente, não havia nada mais importante acontecendo no mundo, como, por exemplo, a articulação de Hitler para chegar ao poder) e a revista “Time” chegou a publicar um gráfico que mostra quais lojas defendiam quais cores para quais gêneros. Então, foi até 1940, onde as cores foram trocadas e anunciantes decidiram usar apenas o rosa para as meninas, questão de marketing.

DIREITOS HUMANOS E GÊNERO NA EDUCAÇÃO

Com base na desinformação, há algumas ameaças a educadores e políticos; com um determinado estímulo ao pânico moral, grupos religiosos fundamentalistas e seus aliados propagam absurdos como os de afirmarem que a igualdade entre mulheres e



homens, e o reconhecimento dos direitos da população LGBT constituem ataques às famílias conceituadas nos últimos ano de famílias tradicionais brasileiras.

“A igualdade de gênero deve ser discutida no âmbito dos direitos humanos, abordando o respeito entre as pessoas e garantindo o direito a sua identidade de gênero, racial e de pertencimento religioso” (Sueli Carneiro, socióloga e coordenadora do programa de educação do Geledés – Instituto da Mulher Negra)

O direito à educação para a igualdade de gênero, raça e orientação sexual e identidade de gênero tem base legal na Constituição Brasileira (1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), nas Diretrizes Nacionais de Educação e Diversidade, nas Diretrizes Curriculares do Ensino Médio (art. 16), elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação, e na Lei Maria da Penha (2006). Esse direito também está previsto nos tratados internacionais de direitos humanos com peso de lei dos quais o Brasil é signatário: a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989), a Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação no Campo do Ensino (1960), a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1968) e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), entre outros. O próprio Plano Nacional de Educação (2014-2024), em seu artigo 2º, prevê a implementação de programas e políticas educacionais destinadas a combater “todas as formas de discriminação” existentes nas escolas, entre elas, as que se referem às desigualdades de gênero, de raça, de orientação sexual e de identidade de gênero. No mesmo artigo, o PNE prevê a promoção dos direitos humanos e da diversidade na educação brasileira. Por isso, ninguém pode proibir esse debate na escola. Apostando na desinformação, na ignorância e no medo, grupos religiosos fundamentalistas e seus apoiadores estão sempre buscando limitar esse assunto, tornando mais difícil que os debates de gênero cheguem à educação básica. Por ser o direito à educação para a igualdade de gênero, raça e orientação sexual e identidade de gênero um direito fundamental assegurado na Constituição e nos tratados internacionais de direitos humanos, ele não pode ser limitado por leis comuns e complementares aprovadas nos municípios e nos estados, como os planos de educação, muito menos por orientações de órgãos públicos. Toda tentativa de limitar esse direito é, portanto, inconstitucional porque viola os princípios da igualdade de condições de acesso e permanência na escola, da não discriminação, da qualidade do ensino e da liberdade de aprender e ensinar com respeito à diversidade cultural, étnico-racial, sexual e de gênero da população brasileira.



A INTERVENÇÃO DO PROFESSOR

O professor deve entender que a limitação e repreensão dessas vivências podem provocar graves problemas para as crianças e seu desenvolvimento. A criança fica com dificuldade de se inserir em determinado grupo oposto ao que realmente queria estar, a criança fica com dificuldade de interação não só com outras crianças, mas também com adultos, muitas vezes chega a provocar o isolamento e falta de estímulo da criança por não se adequar ao estereótipo que lhe foi colocado, ficam agressivas sem motivos notáveis/nítidos. Cria-se um bloqueio onde a criança não sabe o porquê de não poder brincar do que ela realmente deseja ou se expressar da maneira que se sente mais à vontade, e mesmo sem entender ela aceita o que lhe é imposto por ser criança, por estar na fase de desenvolvimento e não ter conhecimento sobre o que acontece, e justamente por estar em fase de desenvolvimento moral, a criança após as repreensões tem grandes possibilidades de se tornar um adulto intolerante, machista, insensível.

“à criança é um ser em processo e, portanto, inacabado, e que o acabamento de tal processo é o adulto. Assim, segundo os antigos, o objetivo da educação não é formar uma criança, mas um adulto.”
(Stahlschmidt, Rosângela Maria. p. 94, 2009)

É importante que o educador saiba lidar com essa problemática de forma que não cause danos para o desenvolvimento da moralidade da criança, das suas habilidades; na educação básica é onde existe uma maior interação entre os gêneros, onde a criança nota a diferença no outro. A educação infantil é a base para construir um ser social, é onde as crianças estão aprendendo e reproduzindo o tempo todo, e a aprendizagem da infância é estendida pra vida adulta, então para que a educação infantil/Escola contribua para uma sociedade menos sexista é importante que os educadores debatam e reflitam sobre suas práticas educativas e tomem pra si a importância da não limitação, da não separação de gêneros, dessa forma estarão contribuindo para o desenvolvimento de um ser com olhar sensível que ao chegar à vida adulta não sejam intolerantes, sexistas e que saibam respeitar o corpo do outro.

REFERENCIAL TEÓRICO



Na educação infantil as crianças têm suas primeiras interações com outras crianças que não sejam da sua família e que não tenham nenhum grau de parentesco, é também Nesta fase que se desenvolvem características importantes que serão levadas durante todo decorrer da vida dessas crianças pois a faixa etária em que as crianças se encontram é a de aprendizagem do básico e do início do seu desenvolvimento moral.

“Capítulo II da Educação Básica - Seção II Da Educação Infantil Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” (LDB - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, 5º Edição 2010).

Quando Piaget fala sobre o desenvolvimento da moralidade na criança ele a divide em três fases: anomia, heteronomia e autonomia; Para Piaget, os valores morais são construídos a partir da interação do sujeito com os diversos ambientes sociais, e será durante a convivência diária, principalmente com o adulto, que ela irá construir seus valores, princípios e normas morais. E é na educação básica/creche que se inicia esse processo, pois é o primeiro ambiente longe dos pais que vai haver interação com outras crianças e com professor, a partir disso deve-se fomentar a importância de construir valores significativos na primeira infância. Na primeira infância, após entrar na creche e começar a conhecer a diversidade ao seu redor, muitas crianças demonstram transgressões em seus modos e outras ao se deparar com a diferença entram em conflito, o mais comum é o conflito de gênero que está sempre relacionado ao poder que foi dado por estereótipos criados culturalmente, e em nenhum momento os professores se questionam se estão ou não interferindo e/ou contribuindo nessa divisão sexista e limitação de experiências, pondo em prática, assim, as desigualdades no âmbito escolar. Para os meninos é muito mais difícil quebrar esses estereótipos, pois o poder que lhes foi passado é culturalmente forte e desde pequenos eles acham que usar rosa (seja lápis de cor, roupa, copo ou pratos) e ser sensível o fará ser chamado de menina ou até mesmo de gay e por mais que eles não tenham noção ainda do significado da palavra eles repudiam por ser passado à eles que é um motivo de negação, e que existe a necessidade de mostrar para os outros e para si mesmo que é "Machão, Homem, Violento, Forte". O termo Gênero segundo a historiadora Joan Scott (1995) se torna uma maneira de indicar "construções culturais":

“... a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, "gênero" tornou-se uma palavra



particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens.” (SCOTT, Joan. p. 75-76. 1995).

A invisibilidade do tema se dá por haver uma falsa impressão de que na educação o problema do sexismo está resolvido ou ser inexistente. A escola é um ambiente repleto em diferenças e frequentemente acaba sendo um ambiente sexista se tornando um ambiente onde mais se tem conflitos causados pela intolerância, onde é confundido a questão de sexo e poder, e onde professores muitas vezes acabam tendo atitudes de promover esses conflitos, ao invés de mostrar outros caminhos e reflexões que possam evita-los. A autora Guacira Lopes Louro em sua obra "Gênero, Sexualidade e Educação" ressalta de forma simples e explicativa esse fato.

"A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o "lugar" dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas." (LOURO. p. 58. 1997)

A escola erra ao delimitar e promover essa relação de gênero e poder desde cedo na educação infantil e perpetuá-la durante todo o processo. É papel do professor refletir suas práticas e promover uma educação não sexista, pois o assunto rompe os muros das instituições de ensino e faz ligação não somente no âmbito educacional, a casa, a família, a rua, classes, etnias e culturas que convivem no mundo todo. Importante refletir que essa cultura / Educação sexista, acaba prejudicando ambos os sexos (feminino e masculino), pois em todos os momentos as relações de gênero estão presentes e influenciadas pela educação que aprendemos e reproduzimos sem questionamentos quando não enxergamos as desigualdades. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Sedes Sapientae, em parceria com o UNICEF (2009), mostrou que há dificuldade das escolas em falar, notar e encaminhar casos de violência de gênero que ocorram tanto dentro da escola como nos espaços familiares. Muitas vezes, em decorrência da falta de compreensão sobre a complexidade da problemática, as escolas acabam contribuindo para que as vítimas sejam ainda mais julgadas. Apenas quando tomamos conhecimento podemos formar um cidadão livre de preconceitos e de discriminações não é tarefa somente da escola, mas faz parte principalmente da realidade do professor enfrentar com labor essa questão.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A Pesquisa foi realizada em uma creche situada no município de São Bento do Una – PE, onde foram observadas quatro turmas da educação infantil: A e C (turmas pré-escola I); B e D (turmas pré-escola II), durante 6 meses. A partir das observações, foi possível a realização de questionário semiestruturado e entrevista com as professoras das respectivas turmas. A



pesquisa realizada foi de cunho qualitativo, pois tem o intuito de produzir novas informações; descrever, compreender e explicar os conflitos causados pela relação entre gênero e poder existente na educação infantil, e as reações dos professores diante desses conflitos.

“O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações.” (DESLAURIERS, 1991, p. 58).

A natureza é de pesquisa aplicada, pois irá gerar mais informações sobre o tema para aplicar intervenções na prática e para solucionar os conflitos existentes, e o objetivo de cunho exploratório visto que haverá o levantamento bibliográfico e a análise das observações para estimular a compreensão, a pesquisa também será composta por um questionário que será feito com as professoras das turmas observadas, para melhor compreensão dos fatos que ocorrem na sala de aula. O procedimento será embasado em pesquisa bibliográfica.

“A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites.” (FONSECA, 2002, p. 32).

Sendo feita a análise de artigos publicados em periódicos com essa temática e em estudos feitos por estudiosos como PIAGET e seu estudo sobre o desenvolvimento moral da criança, Joan SCOTT e Guacira Lopes LOURO que tem pesquisas relacionadas a temática sexualidade, gênero e educação; e com a realização da pesquisa-ação para concluir o trabalho e realizar as análises dos dados coletados. Segundo Fonseca (2002, págs. 34-35)

“A pesquisa-ação pressupõe uma participação planejada do pesquisador na situação problemática a ser investigada. O processo de pesquisa recorre a uma metodologia sistemática, no sentido de transformar as realidades observadas, a partir da sua compreensão, conhecimento e compromisso para a ação dos elementos envolvidos na pesquisa. [...] O pesquisador quando participa na ação traz consigo uma série de conhecimentos que serão o substrato para a realização da sua análise reflexiva sobre a realidade e os elementos que a integram. A reflexão sobre a prática implica em modificações no conhecimento do pesquisador.”

No campo de pesquisa foi realizada a observação da rotina das crianças com o objetivo de ver como se dá às relações delas, e como elas refletem sobre as diferenças existentes e análise dos problemas, observação da postura do pedagogo diante dos conflitos que surgirem. E com a pesquisa-ação, para aprofundar o conhecimento e reunir mais materiais para análise e discussões, aplicando uma intervenção para efetivação.

RESULTADOS ALCANÇADOS E ANÁLISE DE DADOS

Nas observações realizadas nas turmas do pré-escola I e II, pudemos notar a liberdade das crianças durante o intervalo, as brincadeiras não tem interferência de nenhum adulto;



nenhum adulto interfere nas brincadeiras ou brinquedos que as crianças devam brincar, porém, de uma forma “natural” entre elas, as próprias crianças intervêm no que umas podem ou não brincar de acordo com seu sexo.

Foram observadas 4 turmas do mesmo prédio, 2 turmas da manhã (pré-escola I e II) e 2 turmas da tarde (pré-escola I e II), todas com lotação de 25 alunos, apenas uma professora para cada turma sem professora auxiliar, as professoras do pré-escola tem apenas o normal médio, uma do pré-escola II tem graduação em letras e a da outra turma do pré-escola II tem licenciatura em Pedagogia e especialização em Psicopedagogia, é a mais experiente entre as professoras da creche, eles fazem atividades didáticas e não tratam temas transversais durante suas vivências, segundo a professora B, a coordenação não propõe trabalhar temas transversais por falar que “há necessidades na creche de melhorar o ensino-aprendizagem e alfabetizar as crianças” por cobranças dos pais que falam que as crianças não estão preparadas pra avançar e ir pra uma escola maior, e também por parte do município que ameaça tirar a creche do local por ser um prédio antigo, então à uma maior ênfase na alfabetização das crianças e temas transversais ficam de lado por esse motivo.

Para se chegar a um resultado satisfatório da pesquisa, foi aplicado um questionário com as professoras das turmas observadas, uma das professoras não quis responder ao questionário, era a professora “D” da turma pré-escola I do turno vespertino. Durante a análise dos questionários nota-se divergência em algumas respostas. Na primeira pergunta todas demoraram certo tempo para se chegar a uma resposta, se mostraram confusas ao se questionarem qual seria a melhor forma de respondê-la.

A primeira trazia uma questão para que pudéssemos ter noção da limitação das professoras em relação ao tema:

No seu entendimento qual é a diferença entre sexo e gênero?

Professora da turma A

“O sexo refere-se ao conceito biológico, enquanto gênero é uma construção social.”

Professora C

“Sexo é um termo criado para fins científicos e gênero é uma forma de identificar socialmente o comportamento adequado aos homens e as mulheres.”

Segundo SCOTT, “O uso do “gênero” coloca a ênfase sobre todo um sistema de



relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade.”; ou seja gênero é ligado ao social, a construção por meio da interação e construção do ser e não está ligado à sexualidade mas que tem influências sobre o sexo, que é a característica biológica do homem e da mulher.

A informação rasa que as professoras demonstraram ter é facilmente encontrada em diversos profissionais da educação, para muitos os conceitos são os mesmos e não é preciso mudança nem tratar do tema. A segunda pergunta:

Os alunos e alunas tendem a brigar muito? Meninos ou meninas demonstram mais agressividade, inquietação, disputa de poder?

Professora da turma C

“Eu trabalho com crianças que ainda estão em construção da sua personalidade, porém algumas atitudes demonstram disputa entre os gêneros, na maioria das vezes os meninos se sentem superiores as meninas.”

Professora da turma B

A meu ver as meninas. Elas estão cada vez mais intolerantes.”

A terceira pergunta:

Caso um aluno pegue uma fantasia de fada, ou mesmo pegue uma boneca para brincar; qual seu pensamento sobre esse comportamento do menino?

Professora da turma B

“Daí podemos notar que desde a infância seu gênero está em atrito com seu sexo.”

Professora da turma A

“Deixo-o à vontade na sua escolha, não influencio, nem o repreendo.”

Durante um diálogo informal, a professora A demonstrou curiosidade para aprofundar um pouco o tema e falou sobre sua filha de 5 anos que frequenta a creche, falou sobre a filha não se dar bem com as meninas da turma por não gostar de ser a princesa nas brincadeiras, e sim, querer ser uma princesa guerreira, falou que as outras meninas da turma sempre a deixam de lado durante o intervalo para brincar e ela se reúne com os meninos. Segundo a professora A, ela sabe que é uma forma da filha dela demonstrar que não quer ser vista como indefesa, a



mesma professora também relatou um caso de um aluno que deixou de frequentar a instituição por simplesmente não querer ir as aulas e ela comentou que as outras crianças da turma o caçoavam por ele gostar de pegar as bonecas pra brincar e nunca querer estar em meio a brincadeiras violentas; infelizmente o menino saiu da instituição, não se sabe se retornou a estudar em outro local.

Quarta pergunta:

Se uma aluna pede para brincar de futebol, luta ou qualquer brincadeira que seja estereotipada como brincadeira de menino, você intervém de que forma?

Professora da turma B

“Não interfiro de nenhuma maneira, pois acho que todos tem o direito de brincar do que gosta.”

Professora da turma C

“A deixo participar de todas as brincadeiras e modalidades esportivas, não vejo nenhum problema quanto as escolhas, é natural que elas queiram se sentir no papel do sexo oposto algumas vezes, e essa troca é muito significativa, pois auxilia em alguns conflitos, como rivalidade entre irmãos ou discussões entre os próprios colegas.”

Se observarmos as respostas da professora B nas perguntas 3 e 4, podemos notar um certo preconceito tentando se disfarçar em meio as palavras, as duas perguntas são praticamente iguais, só muda a situação de menino para menina, e em relação a menina querer estar em um espaço oposto ao que culturalmente vivenciamos a professora se mostra superficial nos falando que não interfere e que a criança tem que brincar do que gosta; mas quando a situação muda para o menino no espaço oposto ao que de costume é seu, a professora já se refere ao menino estar em atrito com seu sexo, querendo assim dizer que o menino está demonstrando sua homossexualidade. A professora (B), quando falei do tema do trabalho e sobre o que realmente eu iria tratar, o comentário que escutei da mesma foi *“Querem que a escola aceite os gays de toda forma, não é?”*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que notamos durante todo processo de pesquisa foi o poder da cultura sobre esse tema, e a dificuldade de inseri-lo nas vivências das instituições. Falta uma melhor formação, informação, vontade de mudar acrescentando novas possibilidades e visões.



O que está exposto aqui nesse trabalho são reflexões para construção de ações que devem ser mudadas e repensadas, formas de se trabalhar no desenvolvimento das crianças, sem causar danos e bloqueios, melhorando a formação para uma boa vivência em sociedade. Vimos desde o início a luta ainda viva da igualdade de gêneros, uma luta que dura a séculos e caminha à pequenos passos, porém, muito significativos. Estar diante de crianças em processo de desenvolvimento, intelectual, cultural, social; é estar em compromisso com o futuro de uma sociedade melhor.

Se a instituição aprofunda o tema, e lhe dar visibilidade, poderíamos ter adultos mais tolerantes, sensíveis, se importando com o corpo do outro e sabendo respeitar a diferença entre os gêneros. Atualmente vemos inúmeros casos de mortes provocadas pelo “machismo”, consequência de uma cultura que nos mostra que a mulher deve ser submissa à figura masculina e quando a figura masculina se sente afetada de alguma forma, sente sua “masculinidade” ferida, a consequência são os inúmeros casos de violência doméstica e feminicídio; ou ao contrário, temos inúmeros casos de homens cometendo suicídio, casos esses que nunca são procurados os motivos para tal, existem pesquisas que mostram que homens tem se sentido presos de alguma forma por “não poder” demonstrar seus sentimentos e acabam dando um fim na sua própria vida, a famosa frase “homem não chora” pode provocar finais desastrosos.

Concluimos este trabalho com seu objetivo alcançado, repensar nossas ações diante da educação infantil para trilhar caminhos a serem seguidos sem causar más consequências. Lembrando que brinquedos e brincadeiras não têm gênero, cores não tem gênero. A infância é uma fase de total aprendizado, de experimentações; educadores, falo na forma mais ampla da palavra (pais, pedagogos, professores de diversas áreas), não podemos restringir as vivências das crianças lhe impondo maneiras de agir e pensar. Que meninos e meninas sejam livres no processo de seu desenvolvimento na educação infantil, que seja construído sua sensibilidade, seu respeito ao corpo do outro, sua ética e moralidade. Estamos formando cidadãos, homens e mulheres que precisam de uma cultura não sexista, de espaços não sexistas, e sabemos que a educação tem esse poder transformador, e que podemos alcançar bons resultados para extinguir a disputa de gêneros.



REFERÊNCIAS

ARAGUAIA, Mariana. "Piaget e o desenvolvimento moral na criança"; Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/biografia/piaget-desenvolvimento-moral-na-crianca.htm>>. Acesso em 12 de junho de 2016.

BRASIL, LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

CANCIAN, Renato. Feminismo: Movimento surgiu na Revolução Francesa. Link para acesso: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/feminismo-movimento-surgiu-na-revolucao-francesa.htm>

EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO (EBC): Entenda a polêmica sobre a discussão de gênero nos planos de educação. Link para acesso: <http://www.ebc.com.br/educacao/2015/07/entenda-por-que-e-importante-discutir-igualdade-de-genero-nas-escolas>

FINCO, Daniela. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na Educação Infantil. *Pro-Posições: Dossiê: Educação Infantil e Gênero*, vol. 14, nº 42, 2003, pp.89-102.

FONSECA, J.J.S. *Metodologia de pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.

HYPE SCIENCE: 5 estereótipos de gênero que já foram totalmente ao contrário. Link para acesso: <http://hypescience.com/esteretipos-de-genero/>

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MATÉRIA: ROSA: COR DE MENINO? - BLOG PENSANDO AO CONTRÁRIO. Link para acesso da publicação:

<http://www.pensandoaocontrario.com.br/2014/06/rosa-cor-de-menino.html> 2/4.

PORTAL BRASIL: Brasileiras lutam pela igualdade de direitos. Link para acesso: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/02/brasileiras-lutam-pela-igualdade-de-direitos>

SCOTT, J. (1995). *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade, 20 (2), 71-99.

SOUSA, Rainer. Feminismo no Brasil. Graduado em História da Equipe Brasil Escola. Link para acesso da publicação: <http://brasilecola.uol.com.br/historiab/feminismo.htm>